

**DINÂMICAS DE INTERAÇÃO EM ECOSISTEMAS DE INOVAÇÃO SOCIAL:  
Atores estratégicos e capitais no contexto paraibano**

**JULLIERMY LUAN DE ALMEIDA SOUZA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

**VERÔNICA MACÁRIO DE OLIVEIRA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

**Agradecimento à órgão de fomento:**  
Beneficiário de apoio financeiro FAPESQ/PB.

# DINÂMICAS DE INTERAÇÃO EM ECOSISTEMAS DE INOVAÇÃO SOCIAL: Atores estratégicos e capitais no contexto paraibano

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os Ecosistemas de Inovação Social (EIS) têm se consolidado como arranjos colaborativos orientados à produção de soluções inovadoras frente a desafios sociais complexos. Esses ecossistemas operam por meio de redes de atores diversos que mobilizam e combinam diferentes formas de capital — humano, social, cultural e financeiro — para promover transformações sustentáveis em seus territórios (Mulgan, 2021; Phills, Deiglmeier, & Miller, 2022; Westley et al., 2021).

Mais do que gerar respostas pontuais, os EIS constituem arenas de aprendizagem coletiva e inovação distribuída, capazes de potencializar iniciativas existentes e expandir seu impacto (Puerari et al., 2023). Nesses arranjos, as interações entre os diferentes tipos de capital assumem papel estratégico, pois estruturam as condições de legitimidade, continuidade e escala das inovações sociais. Apesar dos avanços teóricos, a literatura ainda carece de investigações empíricas que examinem de forma aprofundada essas dinâmicas relacionais — especialmente no que diz respeito ao modo como os capitais são ativados e articulados por diferentes atores em contextos territoriais específicos (Domanski, Howaldt, & Kaletka, 2020; Manzini, 2022).

Estudos como os de Caulier-Grice et al. (2012) e Audretsch et al. (2022) apontam que os EIS são compostos por uma multiplicidade de atores — incluindo universidades, centros de pesquisa, organizações da sociedade civil, empreendimentos sociais, empresas privadas, governos e organizações intermediárias. Tais atores mobilizam os capitais disponíveis de forma complementar, desempenhando funções diversas na geração de conhecimento, na construção de redes colaborativas e na implementação de soluções socialmente relevantes.

No Brasil, os EIS têm sido reconhecidos como estratégias potentes para o desenvolvimento territorial sustentável, sobretudo em regiões historicamente marcadas por desigualdades estruturais e baixa presença estatal. Nesses contextos, a mobilização sinérgica dos capitais territoriais é condição essencial para a viabilidade e sustentabilidade das inovações sociais (Garzi & Mello, 2023; Morais-da-Silva et al., 2022; Santiago et al., 2025).

A Paraíba representa um cenário singular para esse tipo de análise. Ao mesmo tempo em que enfrenta desafios como exclusão produtiva, desigualdades regionais e restrições no acesso a serviços essenciais, o estado também abriga experiências inovadoras protagonizadas por redes emergentes de atores comprometidos com a transformação social (Ramos, 2022; Governo da Paraíba, 2023). Assim, compreender como se articulam os capitais humano, social, cultural e financeiro no EIS paraibano permite não apenas avançar na compreensão teórica sobre o tema, como também fornecer subsídios para políticas públicas e estratégias colaborativas de desenvolvimento.

Neste artigo, propomos uma análise empírica das interações entre capitais e atores-chave no Ecossistema de Inovação Social da Paraíba, com base em um framework teórico construído a partir da literatura especializada. A escolha pelo contexto paraibano se justifica por sua riqueza em experiências emergentes de inovação social, bem como pela urgência em compreender os mecanismos que favorecem (ou limitam) a sustentabilidade e o impacto dessas iniciativas.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na próxima seção, discutimos os fundamentos teóricos sobre Ecosistemas de Inovação Social e os tipos de capital envolvidos. Em seguida, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados. Posteriormente, analisamos os principais achados empíricos à luz do modelo teórico proposto. Por fim, são discutidas as contribuições do estudo, suas limitações e as possibilidades para pesquisas futuras.

## 2 CAPITAIS E ATORES EM ECOSISTEMAS DE INOVAÇÃO SOCIAL: Proposição de um Framework Teórico

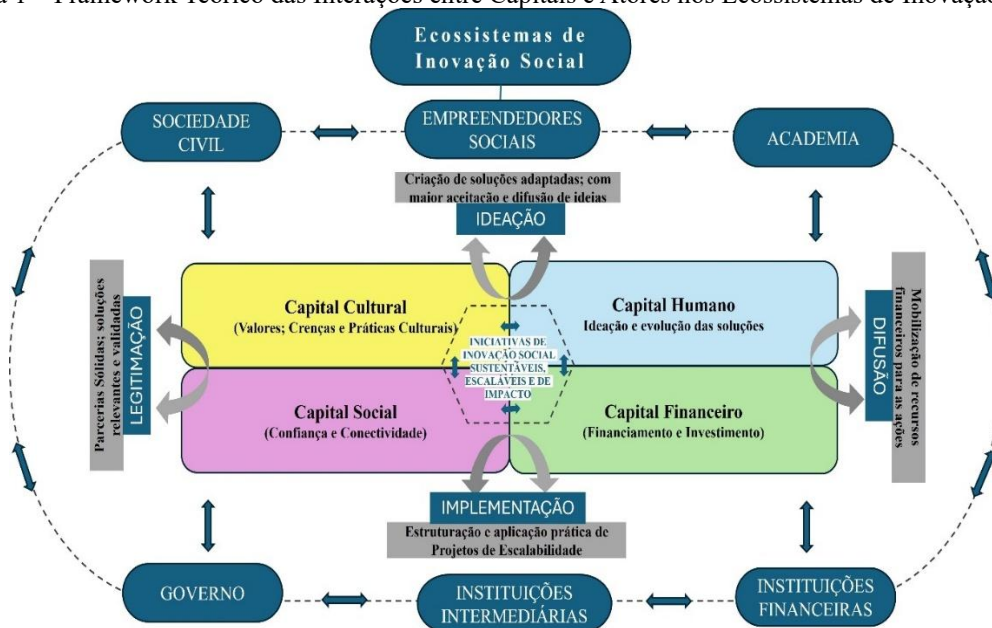
O conceito de ecossistema, originalmente formulado por Tansley (1935), descreve sistemas dinâmicos resultantes das interações entre organismos e seu ambiente físico. Essa metáfora foi apropriada por áreas como a administração e os estudos sobre inovação para descrever redes organizacionais interdependentes que operam com base em colaboração, adaptação e cocriação de valor (Moore, 1996; Autio et al., 2018). No campo da inovação social, essa abordagem ganhou densidade analítica com o projeto europeu TEPSIE (2014), que define os Ecossistemas de Inovação Social (EIS) como arranjos colaborativos compostos por múltiplos atores — estatais, privados e da sociedade civil — que atuam interdependentemente na busca por soluções inovadoras para desafios sociais complexos.

Compreender o funcionamento dos EIS demanda mais do que mapear atores ou recursos isoladamente. Requer apreender as interações dinâmicas entre diferentes tipos de capital — humano, social, cultural e financeiro — e os diversos atores que estruturam o ecossistema. Trata-se de um fenômeno multiescalar e multidimensional, cuja análise implica integrar aportes de campos como administração pública, sociologia econômica, inovação social e políticas públicas (Andion, Alperstedt & Graeff, 2020).

Os EIS podem ser compreendidos como “nexos de práticas” (Pel et al., 2020), isto é, intersecções entre domínios diversos — governamental, empresarial, acadêmico, comunitário — e entre campos temáticos como saúde, educação, meio ambiente e economia solidária. Nesses espaços, a inovação não se limita à criação tecnológica, mas emerge por meio de novas formas de organização, governança e práticas sociais inclusivas (Murray, Caulier-Grice & Mulgan, 2010). A perspectiva da Quíntupla Hélice da Inovação, proposta por Carayannis e Campbell (2010, 2012), fornece uma base teórica relevante para analisar os EIS, ao ampliar os paradigmas anteriores — tripla (universidade–empresa–governo) e quádrupla hélice (com inclusão da sociedade civil) — ao incorporar o meio ambiente como elemento ativo do processo inovador. Dessa forma, os EIS passam a ser compreendidos como arranjos vivos que articulam academia, setor produtivo, governo, sociedade civil e meio ambiente em redes colaborativas orientadas à geração de valor social e ecológico.

Com base na revisão da literatura sobre EIS, propõe-se um framework teórico que busca compreender as dinâmicas de interação entre diferentes tipos de capital e os atores estratégicos que estruturam esses ecossistemas (Figura 1).

Figura 1 – Framework Teórico das Interações entre Capitais e Atores nos Ecossistemas de Inovação Social



Fonte: Elaboração própria a partir da revisão teórica, 2025.

A Figura 1 parte da premissa de que a efetividade dos EIS não reside apenas na presença isolada de recursos ou iniciativas, mas na articulação sinérgica e intencional entre capitais e atores, organizados em redes colaborativas voltadas ao enfrentamento de desafios sociais complexos.

No centro do modelo estão as iniciativas de inovação social, concebidas como respostas coletivas que, para serem sustentáveis e de impacto, dependem da integração entre os quatro capitais principais: 1) o capital humano que abrange conhecimentos, competências, experiências e habilidades de indivíduos e organizações. É essencial para fomentar criatividade, aprendizagem contínua e capacidade adaptativa (Bergh & Henrekson, 2020; Suriyankietkaew et al., 2022). O investimento em educação e capacitação amplia a autonomia dos atores e fortalece sua contribuição nos processos de ideação e aprimoramento das soluções (Heckman, 2000; Cerreta, 2020); 2) o capital social que se refere às redes de cooperação, confiança mútua, reciprocidade e canais de comunicação entre os atores do ecossistema. Essas conexões promovem colaboração interinstitucional, compartilhamento de conhecimento e mobilização coletiva de recursos — condições indispensáveis à sustentabilidade das inovações (Nahapiet & Ghoshal, 2022; Goddard, 2022; Calzada & Cobo, 2015); 3) o capital cultural que inclui valores, práticas, crenças e saberes locais que moldam a percepção e a aceitação da inovação social nas comunidades. Sua presença é determinante para a legitimação das soluções e para sua adequação aos contextos territoriais (Luna & Bastida, 2022; Smith & Johnson, 2023; Vercher et al., 2021; Mazzucato, 2018); e 4) o capital financeiro: compreende os recursos econômicos, mecanismos de investimento e instrumentos de financiamento necessários à implementação, expansão e consolidação das iniciativas (Mulgan, 2006; Clark et al., 2022). Quando articulado aos demais capitais, torna-se mais estratégico e sensível às particularidades locais (Phills, Deiglmeier & Miller, 2022).

A mobilização e articulação dos capitais nos Ecossistemas de Inovação Social (EIS) não ocorre de forma espontânea ou linear, mas é mediada por atores-chave que exercem funções estruturantes e dinâmicas no território. Entre esses atores destacam-se: a sociedade civil organizada, que identifica demandas sociais latentes e mobiliza saberes e vínculos comunitários; os empreendedores sociais, que traduzem essas demandas em soluções inovadoras com potencial de impacto; a academia, que oferece conhecimento técnico-científico, metodologias e tecnologias sociais; o governo, enquanto agente regulador e promotor de políticas públicas e instrumentos de fomento; as instituições financeiras, que aportam recursos econômicos e mecanismos de investimento; e as organizações intermediárias, como incubadoras, aceleradoras e plataformas colaborativas, que operam como pontes entre os diferentes setores, facilitando a articulação interinstitucional, a difusão de inovações e a institucionalização das práticas (Mazzucato, 2018).

Esses atores assumem papéis específicos em cada momento do ciclo, que, conforme descrito por Domanski et al. (2020), Morais-da-Silva et al. (2022) e Kluvankova et al. (2021), pode ser compreendido como um processo cíclico e evolutivo composto por cinco fases interconectadas: ideação, difusão, implementação, legitimação e consolidação/escalabilidade. A fase de ideação refere-se à identificação de problemas sociais relevantes e à geração de propostas inovadoras de solução, geralmente formuladas de maneira colaborativa e com forte enraizamento territorial, conforme argumentam Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010). Essa etapa envolve frequentemente a atuação de movimentos sociais, organizações comunitárias e pesquisadores engajados, que captam as demandas locais e propõem ações com potencial transformador. Em seguida, ocorre a difusão, momento em que se mobilizam novos atores, recursos e parcerias estratégicas para ampliar a visibilidade e o alcance da solução proposta. Segundo Howaldt e Schwarz (2017), essa etapa é fundamental para construir legitimidade inicial e promover o compartilhamento de conhecimento entre diferentes setores.

Na fase de implementação, as iniciativas são testadas em contextos reais e adaptadas às especificidades locais, o que requer tanto capacidade de gestão quanto flexibilidade para ajustes. Essa etapa, segundo Mulgan (2006), é crítica para avaliar a viabilidade das soluções e refinar seus modelos operacionais. A quarta fase, de legitimação, consiste no reconhecimento social, político e institucional da inovação social, processo que pode envolver validações legais, incorporação em políticas públicas ou adesão ampliada de usuários e parceiros. Como ressaltam Pel et al. (2020), a legitimação é essencial para garantir a continuidade e a estabilidade das iniciativas em ambientes institucionalmente diversos.

Por fim, a fase de consolidação e escalabilidade diz respeito à capacidade de as inovações sociais se tornarem sustentáveis ao longo do tempo, por meio de replicação, expansão geográfica, integração em políticas estruturais ou fortalecimento organizacional. Segundo Westley et al. (2021) e Phillips e Lee (2021), essa etapa exige o alinhamento entre os diferentes capitais e atores do ecossistema, bem como mecanismos de retroalimentação que sustentem o aprendizado contínuo, a governança compartilhada e o impacto sistêmico. Assim, o êxito das inovações sociais não depende apenas da criatividade das soluções propostas, mas da capacidade dos ecossistemas de construir redes colaborativas resilientes, capazes de sustentar e ampliar essas soluções frente à complexidade dos problemas enfrentados.

A Figura 2 sistematiza as dimensões analíticas, categorias de análise, aspectos-chave de observação e os principais referenciais teóricos que fundamentam o framework proposto para a compreensão dos Ecossistemas de Inovação Social (EIS).

Figura 2 – Dimensões e Categorias de Análise

<b>Dimensão Analítica</b>	<b>Categorias de Análise</b>	<b>Aspectos-Chave de Observação</b>	<b>Autores de Referência</b>
<b>Capital Humano</b> (Ideação e Desenvolvimento das Iniciativas)	Contribuições do capital humano; Saberes locais e técnicos; Educação e capacitação; Processos participativos; Lideranças locais.	Formação de competências, aprendizagem contínua, ativação de saberes formais e informais, protagonismo territorial, criatividade social	Bergh & Henrekson (2020); Suriyankietkaew et al. (2022); Heckman (2000); Cerreta (2020); Murray et al. (2010)
<b>Capital Social</b> (Integração, Cooperação e Ações Coletivas)	Redes colaborativas; Contribuições do capital social; Motivações para engajamento; Agendas comuns; Visão compartilhada; Integração de capitais.	Construção de confiança, vínculos horizontais, articulação interinstitucional, colaboração setorial e intersetorial, mobilização coletiva e interação.	Nahapiet & Ghoshal (2022); Goddard (2022); Calzada & Cobo (2015); Pel et al. (2020)
<b>Capital Cultural</b> (Identidade Territorial e Legitimação)	Saberes locais e técnicos; Valorização cultural; Soluções sob medida; Resistência sociocultural; Processos participativos; Lideranças locais; Contribuições do capital cultural; Ações isoladas e fragmentadas; Políticas públicas; Visão compartilhada; Mapeamento de atores	Enraizamento territorial, aceitação sociocultural, legitimação comunitária, valorização de saberes populares, aderência identitária	Luna & Bastida (2022); Smith & Johnson (2023); Vercher et al. (2021); Mazzucato (2018); Murray et al. (2010)
<b>Capital Financeiro</b> (Sustentabilidade, Escalabilidade e Impacto)	Contribuições do capital financeiro; Difusão e captação de financiamento; Estratégias de sustentabilidade; Continuidade das iniciativas; Mensuração de impacto; Políticas públicas	Recursos econômicos, instrumentos de fomento, investimentos sociais, viabilidade financeira, impacto mensurável e expansão	Mulgan (2006); Clark et al. (2022); Phills, Deiglmeier & Miller (2022); Westley et al. (2021); Phillips & Lee (2021)

Fonte: Elaboração própria a partir da revisão teórica, 2025.

Esse conjunto de dimensões e categorias reflete o caráter dinâmico e evolutivo dos EIS, compreendidos como sistemas abertos em constante adaptação, nos quais a integração sinérgica

entre capitais e atores define a viabilidade das soluções sociais propostas (Domanski et al., 2020; Kluvankova et al., 2021; Morais-da-Silva et al., 2022). Desse modo, o framework proposto permite visualizar, de forma integrada, as interdependências entre os capitais e os atores que estruturam os EIS.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este estudo teve como objetivo analisar empiricamente as dinâmicas de interação entre diferentes tipos de capital (humano, social, cultural e financeiro) e os atores-chave que compõem o Ecossistema de Inovação Social (EIS) da Paraíba. Para alcançar esse propósito, adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, considerada adequada para a compreensão aprofundada de fenômenos sociais complexos inseridos em contextos específicos e ainda pouco explorados na literatura científica (Creswell & Creswell, 2018; Yin, 2018; Pesce & Abreu, 2019).

Optou-se pela realização de um estudo de caso único, com foco no ecossistema paraibano, visando à análise contextualizada e aprofundada das dinâmicas interativas entre capitais e atores. Segundo Flyvbjerg (2006), essa estratégia permite compreender a singularidade e a complexidade do caso investigado, sendo particularmente eficaz quando o interesse está em interpretar práticas e significados construídos socialmente.

A coleta de dados foi conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas e análise documental, compondo uma estratégia metodológica combinada que favorece a triangulação das evidências empíricas. As entrevistas permitiram a construção de narrativas significativas, a partir da linguagem como expressão simbólica e interpretativa da realidade social (Fraser & Gondim, 2020), oferecendo acesso às percepções, experiências e interpretações dos participantes sobre as dinâmicas de capitais e atores no EIS da Paraíba.

Complementarmente, a análise documental teve como finalidade a contextualização institucional e histórica do ecossistema, a partir da consulta a legislações, planos estratégicos, relatórios técnicos, bases de dados públicas e documentos institucionais de órgãos governamentais, universidades, programas estaduais de desenvolvimento e organizações parceiras. O roteiro de entrevistas, por sua vez, foi elaborado com base no framework teórico proposto neste estudo, estruturado em torno das relações entre os capitais (humano, social, cultural e financeiro) e os atores-chave do ecossistema.

A definição dos sujeitos da pesquisa seguiu uma amostragem não probabilística, com seleção intencional por acessibilidade e expansão em cadeia (snowball), conforme Gil (2017), Flick (2018) e Minayo (2017). Foram incluídos 15 entrevistados com atuação estratégica no ecossistema paraibano, abrangendo representantes de instituições públicas, ensino, setor financeiro, organizações intermediárias, sociedade civil e empreendedores sociais. A composição da amostra buscou garantir diversidade de perspectivas e qualificação das informações, conforme a tipologia de Teixeira et al. (2016) e o PNUD (2015).

As entrevistas foram realizadas por videoconferência via Google Meet, entre agosto de 2024 e fevereiro de 2025, com gravação de áudio autorizada pelos participantes. Os registros foram transcritos com o apoio do software Transkriptor, preservando-se trechos *ipsis litteris* com o objetivo de garantir a autenticidade das falas e a fidelidade à construção discursiva dos entrevistados.

O material empírico foi analisado por meio da técnica de análise de conteúdo temática, conforme sistematizada por Bardin (2016), com suporte do software ATLAS.ti, que viabilizou a codificação, categorização e análise das unidades de sentido identificadas. O processo analítico seguiu três etapas principais: (i) pré-análise, com leitura flutuante e organização do corpus; (ii) exploração do material, utilizando codificação mista — dedutiva (baseada no referencial teórico) e indutiva (emergente das falas); e (iii) tratamento e interpretação dos dados, com agrupamento dos códigos em categorias temáticas e construção de redes de coocorrência.

A análise de conteúdo resultou na identificação de 42 categorias analíticas organizadas em quatro grupos temáticos que correspondem às dimensões centrais do framework teórico proposto: (i) dinâmicas do capital humano, com foco na ideação, nas competências e na mobilização de saberes para o desenvolvimento das iniciativas; (ii) dinâmicas do capital social, relacionadas à cooperação, construção de redes e articulações entre atores; (iii) dinâmicas do capital cultural, voltadas à legitimação, pertencimento, valorização simbólica e reconhecimento identitário das ações; e (iv) dinâmicas do capital financeiro, associadas à viabilidade econômica, sustentabilidade e estratégias de escalabilidade das iniciativas no ecossistema.

#### **4 O ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO SOCIAL DA PARAÍBA**

A análise do Ecossistema de Inovação Social (EIS) da Paraíba revela um cenário simultaneamente desafiador e promissor. De um lado, persistem desigualdades socioeconômicas profundas, refletidas em indicadores alarmantes; de outro, emergem condições institucionais, sociais e culturais que favorecem o florescimento de práticas inovadoras voltadas ao desenvolvimento inclusivo, sustentável e territorialmente enraizado.

Com uma população superior a 4 milhões de habitantes, o estado da Paraíba é caracterizado por forte concentração urbana nas cidades de João Pessoa e Campina Grande. No entanto, de acordo com o IBGE (2023), apresenta o maior índice de desigualdade de renda do país (Gini: 0,584) e uma renda domiciliar per capita 31,5% inferior à média nacional — situação ainda mais crítica nas regiões do semiárido, onde os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) permanecem abaixo da média brasileira (Machado et al., 2023). Esse quadro estrutural adverso torna ainda mais relevante o papel da inovação social como estratégia de enfrentamento das vulnerabilidades e promoção da justiça territorial.

A partir das evidências empíricas desta pesquisa, identificou-se a presença de uma rede diversa e crescente de atores que atuam de maneira articulada (ainda que muitas vezes informal) no campo da inovação social. Essa rede é composta por seis grupos estratégicos: instituições públicas, instituições de ensino e pesquisa, instituições financeiras, organizações intermediárias, sociedade civil e empreendedores sociais. Cada um desses grupos exerce funções complementares e mobiliza distintos tipos de capital (humano, social, cultural e financeiro), compondo uma base estruturante para o EIS da Paraíba.

As instituições públicas exercem papel indutor, com destaque para o Governo do Estado, por meio de programas como o PROCASE e o Cooperar, além de prefeituras que apoiam iniciativas de economia solidária, inclusão produtiva e microcrédito. As instituições de ensino superior, notadamente universidades e institutos federais, têm forte tradição em pesquisa aplicada, extensão universitária e formação cidadã, contribuindo com conhecimento técnico e desenvolvimento de competências locais. As instituições financeiras, como o BNB, o BNDES e cooperativas de crédito, atuam na oferta de recursos para viabilização de empreendimentos de impacto, embora ainda enfrentem barreiras estruturais para capilarizar tais recursos em territórios mais vulneráveis.

As organizações intermediárias — a exemplo de incubadoras, redes colaborativas e arranjos de apoio à inovação — cumprem a função de articulação entre saberes acadêmicos, práticas locais e demandas dos territórios, viabilizando o fluxo de informações, tecnologias e conexões institucionais. A sociedade civil, por sua vez, se mostra essencial na mobilização de comunidades, na legitimação das práticas inovadoras e na defesa de pautas sociais que tensionam as estruturas desiguais existentes. Já os empreendedores sociais se destacam pela operacionalização de soluções concretas, promovendo trabalho, renda e inclusão com base em modelos sustentáveis, colaborativos e de impacto territorial.

Em conjunto, esses atores compõem o núcleo dinâmico do ecossistema, mobilizando diferentes tipos de capital de maneira integrada e interdependente. A análise evidenciou que, embora o EIS da Paraíba ainda careça de maior institucionalização, integração sistêmica e continuidade nas políticas públicas, ele apresenta um potencial transformador significativo.

Esse potencial reside justamente na diversidade e resiliência de seus atores, na capacidade de gerar soluções adaptadas ao território e na articulação — ainda incipiente, mas em expansão — entre conhecimento técnico, saberes locais e redes de cooperação. Dessa forma, o EIS da Paraíba se configura como um campo fértil para estratégias de inovação social com potencial de impacto, desde que amparado por políticas públicas estruturantes, instrumentos de fomento acessíveis, e espaços de articulação intersetorial.

#### 4.1 DINÂMICAS E CONEXÕES ENTRE OS CAPITALS NO EIS DA PARAÍBA

Considerando a complexidade e a interdependência entre os diferentes tipos de capital que compõem o Ecossistema de Inovação Social da Paraíba, esta seção apresenta uma análise das dinâmicas observadas em cada grupo temático. Essa estrutura visa evidenciar como os capitais se articulam e influenciam mutuamente na formação, desenvolvimento e sustentabilidade das iniciativas de inovação social no território paraibano.

##### 4.1.1 Dinâmicas do Capital Humano

A análise do grupo temático 1 revela que o capital humano constitui a espinha dorsal dos processos de ideação e desenvolvimento de iniciativas no Ecossistema de Inovação Social (EIS) da Paraíba. Trata-se de uma dimensão estruturante que transcende a noção instrumental de competência técnica e adquire contornos relacionais, simbólicos e territoriais, mobilizando saberes, experiências e capacidades de articulação que são necessários à emergência de soluções socialmente enraizadas e legitimadas.

Inicialmente formulado com base em cinco categorias de análise — contribuições do capital humano; saberes locais e técnicos; educação e capacitação; processos participativos; e lideranças locais — o modelo foi enriquecido por categorias emergentes que ampliam e complexificam o entendimento da dimensão. Entre elas destacam-se: desigualdade no acesso à formação; resistência à capacitação paga; adaptação da linguagem e do formato das capacitações; protagonismo feminino; diversidade geracional; e experiências pessoais como vetor de engajamento (ver Quadro 1).

Quadro 1 - Categorias Iniciais e Emergentes da Dimensão Capital Humano no EIS da Paraíba

Dimensão Analítica	Categorias Iniciais (Referência Teórica)	Categorias Emergentes (Campo Empírico)	Evidências e Exemplos (Entrevistas)
Capital Humano, Ideação e Evolução das Iniciativas	Contribuições do capital humano; Saberes locais e técnicos; Educação e capacitação; Processos participativos; Lideranças locais	Desigualdade no acesso à formação; Resistência à capacitação paga; Adaptação da linguagem e do formato das capacitações; Protagonismo feminino; Diversidade geracional; Experiências pessoais como motor de engajamento	Relatos sobre a predominância de capacitações gratuitas, que refletem a cultura local; Necessidade de adaptar o vocabulário e a metodologia às realidades regionais; Exemplos de grupos liderados por mulheres que evidenciam a diversidade de saberes e experiências pessoais como diferencial para o engajamento

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

A categoria “contribuições do capital humano” expande o conceito tradicional ao evidenciar que o conhecimento relevante para a inovação social não se restringe ao técnico-formal, mas emerge das práticas vividas e do envolvimento com os problemas locais. Enquanto parte da literatura clássica (como Becker, 1964) enfatiza a formação educacional e habilidades produtivas como os principais indicadores de capital humano, os dados empíricos apontam para uma reconceitualização: o capital humano é entendido como um recurso coletivo, socialmente construído, interdependente dos demais capitais (Andion et al., 2017). Como sintetizou uma entrevistada: “as pessoas vão conseguir contribuir melhor e com embasamento... formando uma base mais sólida pra poder impulsionar as soluções”.

A categoria “saberes locais e técnicos” corrobora a necessidade de superação da dicotomia entre conhecimento científico e saber tradicional. A literatura crítica sobre inovação social (Moulaert et al., 2013) já sinalizava a relevância da articulação entre racionalidades

múltiplas. No entanto, a análise empírica revela tensões ainda presentes entre o reconhecimento simbólico dos saberes populares e sua real valorização nos processos decisórios, apontando para uma epistemologia situada que ainda carece de institucionalização.

Em relação à “educação e capacitação”, enquanto a teoria a reconhece como eixo estratégico para ampliação do capital humano (Heckman, 2000; Suriyankietkaew et al., 2022), a realidade empírica mostra a persistência de barreiras estruturais: ausência de programas continuados, linguagem técnica excludente e formato pouco acessível às comunidades. A resistência à capacitação paga — categoria emergente — destaca a frágil institucionalização de uma cultura de formação como bem público, expondo a precariedade dos mecanismos de inclusão educacional no contexto das inovações sociais.

A categoria “processos participativos” confirma sua centralidade para a legitimação das iniciativas, conforme defendem autores como Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010), ao identificar na participação um vetor de engajamento e cocriação. Contudo, a “fadiga participativa”, fenômeno identificado nas falas dos entrevistados, problematiza essa noção idealizada. Isso confirma críticas contemporâneas sobre a “participação performativa” (Radoynovska, 2024), marcada por consultas que não se convertem em ação concreta, alimentando desconfiança e retração dos atores.

Quanto às “lideranças locais”, o discurso empírico reconhece seu papel de mediação entre instituições e comunidades, alinhado a autores como Roschels, Salles e Barcellos (2024), que as descrevem como agentes de tradução socioterritorial. No entanto, sua escassa visibilidade institucional evidencia uma lacuna entre sua função prática e o reconhecimento formal, o que limita seu potencial estratégico na governança das inovações.

As categorias emergentes introduzem novas camadas de análise. A “desigualdade no acesso à formação” evidencia a reprodução de assimetrias, o “protagonismo feminino” e a “diversidade geracional” revelam, por sua vez, que a renovação e a pluralidade dos atores são fatores que dinamizam o ecossistema, articulando diferentes repertórios de ação e formas de engajamento. Já a valorização das “experiências pessoais” como critério de legitimidade e mobilização inova a leitura do capital humano ao reconhecê-lo como experiência encarnada, não apenas como competência acumulada — uma dimensão ainda pouco explorada pela literatura dominante.

Esses achados reforçam a concepção do capital humano como um processo relacional, político e situado, não redutível a qualificações individuais. Sua ativação plena depende da mediação entre estruturas institucionais inclusivas e reconhecimento dos saberes e trajetórias dos sujeitos (Pansuwong et al., 2023; Dallamuta, Oliveira & Holzmann, 2019). Ao mesmo tempo, tensiona a literatura tecnocrática, ao mostrar que inovação social não é apenas fruto de planejamento racional, mas exige uma pedagogia territorial e dialógica.

#### **4.1.2 Dinâmicas do Capital Social**

O grupo temático 2 examina o capital social como elemento estruturante das iniciativas de inovação social na Paraíba, focalizando as formas pelas quais os vínculos interpessoais e institucionais sustentam (ou dificultam) a cooperação, o engajamento e a formação de redes no ecossistema. Fundamentada em uma abordagem relacional, essa dimensão analítica concebe o capital social não como um ativo neutro ou universalmente positivo, mas como uma construção social que emerge de laços de confiança, normas de reciprocidade e valores compartilhados (Putnam, 2002; Nahapiet & Ghoshal, 2022). Contudo, como argumentam Andion et al. (2017) e Roschels et al. (2024), esse capital está inserido em contextos marcados por assimetrias, disputas e fragilidades institucionais, o que significa que ele pode tanto fortalecer a ação coletiva quanto limitar a inclusão, a continuidade e o impacto das inovações.

As análises empíricas revelaram um conjunto de categorias iniciais e emergentes que aprofundam a compreensão sobre os mecanismos de articulação social e cooperação no EIS da Paraíba, conforme sistematizado no Quadro 3.

Quadro 3 – Categorias Iniciais e Emergentes da Dimensão Capital Social no EIS da Paraíba

Dimensão Analítica	Categorias Iniciais (Referência Teórica)	Categorias Emergentes (Campo Empírico)	Evidências e Exemplos (Entrevistas)
Capital Social, Integração e Cooperação nas Iniciativas	Redes colaborativas; Contribuições do capital social; Motivações para engajamento; Agendas comuns; Visão compartilhada; Integração de capitais	Desconfiança institucional; Fragilidade na articulação entre setores; Falta de continuidade nas parcerias; Ações isoladas; Dificuldade de manter engajamento; Colaboração informal como estratégia adaptativa	Relatos sobre parcerias descontinuadas por mudança de gestão; Dificuldade de manter o engajamento em redes estáveis; Falta de interlocução entre poder público e iniciativas locais; Casos de colaboração informal sustentando projetos em contextos de baixa institucionalidade

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

A categoria de análise “redes colaborativas”, mais presente no corpus, evidencia o papel central das redes como plataformas de cocriação e circulação de recursos imateriais — como informação, prestígio, legitimidade e aprendizado coletivo (André & Abreu, 2019). Em teoria, essas redes funcionam como mecanismos de coordenação horizontal e como campo fértil para o fortalecimento da ação coletiva. Contudo, a análise empírica revela que tais redes, apesar de enunciadas como horizontais e cooperativas, ainda operam com forte dependência de vínculos informais e arranjos personalizados. Como observou o Entrevistado 11 (Sociedade Civil): “A rede existe mais no discurso do que na prática. Muitas vezes, é mais uma rede de contatos pessoais do que uma rede estruturada.” Essa constatação reforça a tese de Bathuure (2021), ao apontar que, em contextos de baixa institucionalidade, a informalidade pode funcionar como estratégia adaptativa, porém frágil e de curta duração.

A categoria “motivações para o engajamento” destaca a dimensão subjetiva do capital social. Os dados indicam que o engajamento não se dá apenas por incentivos materiais ou formais, mas também por vínculos afetivos, valores comunitários e aspirações por transformação social. Como expressou o Entrevistado 9 (Sociedade Civil): “A motivação vem da vontade de fazer algo maior que a própria bolha.” Isso reforça o argumento de Lin, Yu e Sadat (2022), para quem os fatores emocionais e morais são determinantes nos processos de mobilização. No entanto, a análise também revela a fragilidade desse engajamento quando as promessas não se concretizam, gerando o que Radoynovska (2024) denomina de “fadiga participativa” — fenômeno observado quando as pessoas percebem que sua participação não gera impacto real ou é instrumentalizada para fins institucionais. Como pontuou a Entrevistada 2 (Empreendedora Social): “Ainda temos problemas em engajar os atores, existe muito a política do interesse próprio.”

A categoria “contribuições do capital social” reforça a importância das relações interpessoais e interorganizacionais como recurso estruturante das inovações sociais. Nesse ponto, há consonância entre teoria e prática: os entrevistados reconhecem que a confiança mútua, a abertura ao diálogo e o reconhecimento da diversidade de saberes são elementos fundamentais para a articulação de atores diversos. A fala do Entrevistado 1 (Instituição Intermediária) é representativa: “O capital social é a base fundamental para a construção de qualquer iniciativa de inovação social.” Essa constatação está em linha com as análises de Gu et al. (2023), que associam o fortalecimento da confiança à capacidade de gerar soluções coletivas com maior legitimidade.

Já as categorias “agendas comuns” e “visão compartilhada” revelam uma ambivalência: há um discurso difuso em favor da colaboração, mas poucas estruturas para efetivá-la. As entrevistas apontam que as agendas são frequentemente desalinhadas, com disputas por protagonismo e ausência de espaços de articulação permanentes. O Entrevistado 6 (Instituição Financeira) reconhece: “Nem todo mundo tem agenda pra participar ativamente dessas redes... às vezes não tem uma condução mais assertiva.” Essa constatação dialoga com o modelo de impacto coletivo de Kania e Kramer (2011), que alerta para a importância de uma infraestrutura

mínima de coordenação para que os esforços se articulem e gerem impacto sistêmico. Sem isso, as iniciativas se dispersam, operam de forma redundante e perdem potência transformadora.

A “integração de capitais” aparece como ideal normativo, mas pouco concretizado. Embora os entrevistados reconheçam a necessidade de articular capital humano, social, cultural e financeiro, faltam instâncias que promovam essa integração de forma estratégica. A Entrevistada 2 afirma: “Só integrando os saberes e recursos é que a gente consegue alinhar capital humano com cultural, social com econômico.” Esse ponto é reforçado por Wagenberg (2024), ao argumentar que a sustentabilidade das inovações sociais exige uma abordagem sistêmica e integradora.

As categorias emergentes aprofundam essa análise ao revelar tensões estruturais no EIS. A desconfiança institucional surge como entrave recorrente, marcada pela percepção de promessas não cumpridas, mudanças políticas abruptas e ausência de continuidade nas políticas públicas. Esse fator mina a legitimidade das instituições e compromete a mobilização coletiva. Como expressou o Entrevistado 10 (Sociedade Civil): “A gente já participou de tantas reuniões, tantos projetos, e no fim... nada acontece.” Essa descrença está alinhada ao que Reis e Lopez (2024) definem como “erosão da confiança institucional”, resultado de estruturas frágeis de accountability e de experiências reiteradas de frustração.

A fragilidade na articulação entre setores reforça o caráter fragmentado do ecossistema. Embora a literatura aponte a colaboração intersetorial como um dos pilares para a inovação social (Andion et al., 2017), o campo revela distanciamento e falta de coordenação entre universidades, poder público e sociedade civil. Como sintetiza o Entrevistado 7 (Iniciativa Pública): “Cada setor faz o seu, e só às vezes a gente conversa. Falta um lugar comum.” Isso dificulta a construção de agendas conjuntas e inibe a institucionalização de práticas colaborativas.

A falta de continuidade nas parcerias e a prevalência de ações isoladas comprometem a estabilidade das redes e sua capacidade de gerar impacto prolongado. A rotatividade de equipes, a ausência de memória institucional e a escassez de políticas permanentes dificultam a manutenção de vínculos e a sedimentação de aprendizagens. Como aponta uma entrevistada: “A gente começa algo, mas logo muda o governo ou a coordenação, e tudo se perde.” Essa instabilidade reduz o horizonte de planejamento e a confiança nos processos colaborativos.

A dificuldade de manter o engajamento é outro achado crítico. Em contextos de escassez de tempo, recursos e resultados tangíveis, os atores tendem a se desmobilizar. A participação, quando não gera reconhecimento ou transformação concreta, passa a ser percebida como onerosa e ineficaz. Esse fenômeno reforça a tese de Radoynovska (2024), segundo a qual a participação simbólica, desprovida de escuta ativa e resposta institucional, esgota os sujeitos e compromete a confiança nas dinâmicas participativas.

Por fim, a colaboração informal como estratégia adaptativa emerge como resposta criativa às fragilidades institucionais. Atores estabelecem parcerias com base em confiança pessoal, vínculos afetivos e reciprocidade informal. Embora isso garanta certa continuidade das ações, também gera dependência de lideranças específicas e dificulta a institucionalização das redes. Essa ambiguidade é bem ilustrada por Bathuure (2021), que aponta que redes informais são eficazes em contextos adversos, mas enfrentam limites para crescer, escalar ou acessar recursos públicos e privados de forma estruturada. Desse modo, a análise do capital social no EIS da Paraíba revela um campo tensionado entre o potencial colaborativo dos vínculos sociais e as limitações institucionais e políticas que dificultam sua consolidação.

#### **4.1.3 Dinâmicas do Capital Cultural**

A terceira dimensão analítica do ecossistema de inovação social da Paraíba (EIS-PB) diz respeito ao capital cultural e à sua articulação com a identidade territorial e os mecanismos de legitimação das iniciativas. Essa dimensão compreende os elementos simbólicos, valores coletivos, repertórios locais e práticas culturais que influenciam a aceitação, adesão e

perenidade das ações em inovação social. Parte-se do pressuposto de que o capital cultural, ao lado dos capitais humano e social, opera como um vetor de coesão e pertencimento, sendo ao mesmo tempo um ativo estratégico e um campo de disputa simbólica e política.

A análise das categorias do Grupo Temático 3 evidencia que o capital cultural é amplamente reconhecido pelos atores como um dos pilares da inovação social, associado à legitimação simbólica, à identidade territorial e à mobilização comunitária. A literatura destaca que a valorização da cultura local — entendida como conjunto de saberes, práticas e símbolos — constitui base fundamental para o engajamento e para a sustentabilidade das iniciativas sociais (Assumpção & Castral, 2024). A partir dessas contribuições, foram definidas as categorias iniciais: contribuições do capital cultural, saberes locais e técnicos, valorização cultural, lideranças locais, processos participativos e visão compartilhada. No entanto, a análise empírica revelou categorias emergentes que expressam as tensões entre discurso e prática e as estratégias adaptativas diante da fragilidade institucional do ecossistema: soluções sob medida, resistência sociocultural, ações isoladas e fragmentadas, políticas públicas e mapeamento de atores. O Quadro 3 organiza essas categorias em suas duas dimensões teóricas (categorias iniciais) e empíricas (categorias que emergiram da pesquisa de campo).

Quadro 3 – Categorias Iniciais e Emergentes da Dimensão Capital Cultural no EIS da Paraíba

<b>Dimensão Analítica</b>	<b>Categorias Iniciais (Referência Teórica)</b>	<b>Categorias Emergentes (Campo Empírico)</b>	<b>Evidências e Exemplos (Entrevistas)</b>
<b>Capital Cultural, Identidade Territorial e Legitimidade</b>	Contribuições do capital cultural; Saberes locais e técnicos; Valorização cultural; Lideranças locais; Processos participativos; Visão compartilhada	Soluções sob medida; Resistência sociocultural; Ações isoladas e fragmentadas; Políticas públicas; Mapeamento de atores	Capital cultural para a legitimação das iniciativas e sua adaptação aos contextos locais; valorização da identidade territorial, desafios impostos por práticas socioculturais enraizadas; a crítica à imposição de soluções descontextualizadas; ausência de estratégias institucionais sistematizada

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

A categoria contribuições do capital cultural mostra que os repertórios simbólicos e os saberes comunitários são reconhecidos como alicerces de legitimidade. Como pontua o Entrevistado 6 (Instituições Financeiras), “valorizar nossa cultura é o que dá sentido às ações, porque se a proposta não dialoga com a cultura, os valores e a realidade, ela não se sustenta”. No entanto, esse reconhecimento ainda é pouco sistematizado nas práticas de formulação e gestão de iniciativas. Essa lacuna se articula à categoria emergente soluções sob medida, que destaca a importância de adaptar as propostas às realidades culturais, contrapondo-se à lógica de replicação de modelos genéricos.

A relação com os saberes locais e técnicos, outra categoria inicial, aparece com destaque nas falas que valorizam o conhecimento empírico acumulado nas comunidades. Porém, na prática, a escuta desses saberes ainda é fragmentada. Muitas vezes, a imposição de racionalidades técnicas externas gera resistência sociocultural, uma categoria emergente que reflete uma defesa identitária dos territórios. Como relata a Entrevistada 12 (Instituições de Ensino): “resistências são comuns, especialmente quando as soluções são percebidas como incompatíveis com valores culturais locais”. Tal resistência, longe de indicar conservadorismo, revela, conforme Radoynovska (2024), uma reação legítima a processos de inovação desancorados das narrativas locais.

A valorização cultural, por sua vez, representa um ponto de consonância entre teoria e prática, indicando que iniciativas que respeitam e integram expressões culturais locais ganham maior adesão. No entanto, esse reconhecimento nem sempre se traduz em ações articuladas, o que se conecta à categoria emergente ações isoladas e fragmentadas. A Entrevistada 2 destaca: “existem zonas de silêncio, onde as iniciativas são mais isoladas e têm pouco ou nenhum apoio

institucional”. Essa desarticulação compromete o compartilhamento de repertórios simbólicos e a consolidação de identidades coletivas no ecossistema (Assumpção & Castral, 2024).

A categoria lideranças locais envolve a mobilização de atores e a ancoragem territorial das iniciativas. Contudo, a análise empírica aponta que essas lideranças atuam muitas vezes de forma individualizada, sem articulação com políticas ou estruturas de apoio. Essa condição precarizada também reflete a ausência de políticas públicas estruturantes e situadas. A Entrevistada 12 enfatiza que: “a sustentabilidade depende da articulação entre diferentes fontes, do fortalecimento institucional dos atores locais e da qualificação dos processos de gestão”. A literatura corrobora essa perspectiva ao enfatizar que políticas públicas eficazes precisam dialogar com os valores, linguagens e contextos socioculturais dos territórios (Ziegler et al, 2023).

As categorias processos participativos e visão compartilhada revelam a busca por caminhos de articulação entre atores diversos. Contudo, o campo evidencia que, na ausência de estruturas de coordenação cultural, essas práticas são descontinuadas ou circunscritas a círculos restritos. A categoria emergente mapeamento de atores evidencia justamente essa fragilidade. Embora o reconhecimento dos sujeitos portadores de repertórios culturais seja central, essa identificação ocorre de forma informal e relacional., o que embora demonstre a força do vínculo comunitário, limita a inclusão de novos agentes e compromete a construção de redes representativas. Como apontam Chatzipavlidis et al. (2022), o mapeamento de atores culturais deve ser sistemático, participativo e centrado na escuta dos territórios.

Em síntese, a análise do grupo temático 3 revela um ecossistema que reconhece simbolicamente o papel do capital cultural, mas cuja mobilização ainda se dá de forma desigual, desarticulada e reativa.

#### 4.2.4 Dinâmicas do Capital Financeiro

O grupo temático 4 reúne as categorias associadas ao capital financeiro, com foco nas condições que viabilizam a sustentabilidade, escalabilidade e impacto das iniciativas de inovação social no ecossistema paraibano. As categorias iniciais, ancoradas na literatura (Evers, Ewert & Brandsen, 2020; Nicholls & Ziegler, 2022; Fabiani, 2018), incluíam: contribuições do capital financeiro, estratégias de sustentabilidade, difusão e captação de financiamento, continuidade das iniciativas, mensuração de impacto e papel das políticas públicas. A análise empírica revelou categorias emergentes que aprofundam esse arcabouço, conforme Quadro 4.

Quadro 4: Categorias Iniciais e Emergentes da Dimensão Capital Financeiro no EIS da Paraíba

Dimensão Analítica	Categorias Iniciais (Referência Teórica)	Categorias Emergentes (Campo Empírico)	Evidências e Exemplos (Entrevistas)
<b>Capital Financeiro: Sustentabilidade, Escalabilidade e Impacto</b>	Contribuições do capital financeiro; Estratégias de sustentabilidade; Difusão e captação de financiamento; Continuidade das iniciativas; Mensuração de impacto; Políticas públicas	Dependência de editais; Escassez de financiamento de base comunitária; Dificuldade de acesso a crédito; Pressão por resultados rápidos; Ausência de planejamento financeiro de longo prazo	Relatos sobre instabilidade provocada pela descontinuidade de projetos públicos; Falas sobre dificuldade de acessar recursos via bancos; Menções à informalidade na manutenção das iniciativas; Expectativa por apoio de políticas públicas estruturantes e duradouras

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A categoria “contribuições do capital financeiro” reafirma o entendimento de que os recursos financeiros são essenciais não apenas para viabilizar as iniciativas, mas também para garantir sua continuidade e institucionalização. O Entrevistado 1 (Instituição Intermediária) observa: “O capital financeiro entra aí para dar um empurrão nesses negócios, ajudando a tirar a ideia do papel, a fazer o projeto acontecer de verdade.” Esse reconhecimento vai ao encontro de Nicholls e Ziegler (2022), que apontam que o capital financeiro é alavanca de impacto, desde que associado a modelos de governança sensíveis aos contextos locais. No entanto, a

emergência da categoria “dependência de editais” revela um risco estrutural: a falta de fontes recorrentes e diversificadas de financiamento torna o ecossistema vulnerável à descontinuidade.

Na mesma direção, a análise da categoria “difusão e captação de financiamento” evidenciou obstáculos significativos, relacionados à burocracia, baixa articulação institucional e falta de capacitação para estruturação de projetos. A Entrevistada 2 (Empreendedora Social) destaca: “Aqui na Paraíba, vejo que ainda é bem difícil acessar certos recursos, acredito que pela falta de articulação, de mais políticas e iniciativas como fundos de impacto.” Esses entraves refletem a categoria emergente “dificuldade de acesso ao crédito”, especialmente para empreendimentos periféricos ou de base comunitária. Bosworth et al. (2023) alertam que, sem mecanismos financeiros territorializados, o capital tende a se concentrar em organizações consolidadas, excluindo justamente os atores mais inovadores socialmente.

A categoria “continuidade das iniciativas” está fortemente conectada às anteriores, revelando que a escassez e a instabilidade do financiamento dificultam o planejamento de médio e longo prazo. O Entrevistado 7 (Instituição Financeira) pontua: “O capital financeiro é uma condição sine qua non para a implementação, expansão e continuidade de iniciativas no longo prazo.” A emergente “ausência de planejamento financeiro de longo prazo” também aparece como um fator limitante: a maioria das iniciativas atua com orçamentos fragmentados, sem reservas estratégicas, o que compromete sua resiliência.

No tocante às políticas públicas, observou-se um consenso entre os entrevistados quanto à necessidade de sua atuação mais estratégica e continuada. O Entrevistado 7 destaca: “Talvez, se existissem políticas públicas mais direcionadas para a estruturação e o fortalecimento da gestão desses empreendimentos, a atração de investimentos seria mais eficaz.” No entanto, o campo revela que essas políticas ainda são pontuais, desarticuladas e, muitas vezes, descoladas da realidade dos territórios, corroborando com a literatura (Grimm, Ziegler & Rauscher, 2023) que afirma que a inovação social exige políticas públicas culturalmente situadas e estruturalmente integradoras.

A análise da categoria “mensuração de impacto” trouxe à tona uma tensão relevante: os atores reconhecem a importância das métricas, mas relatam dificuldades metodológicas e operacionais para sua efetiva implementação. A Entrevistada 2 afirma: “Queremos avançar em indicadores mais qualitativos, como transformação social e fortalecimento de redes.” Essa lacuna se conecta à categoria emergente “pressão por resultados rápidos”, que compromete avaliações de impacto mais profundas, orientadas por indicadores transformacionais. Fabiani (2018) já alertava que a mensuração de impacto no campo da inovação social enfrenta o desafio de capturar valor simbólico, mudanças sistêmicas e efeitos de longo prazo.

Por fim, a categoria “estratégias para sustentabilidade” revela um campo de experimentações táticas, voltadas à diversificação de fontes de receita e construção de parcerias duradouras. O Entrevistado 3 (Empreendedor Social) destaca: “Não dá pra depender só de editais ou do setor público, é preciso buscar novas formas de financiamento, como investimento de impacto ou parcerias com o setor privado.” Essa perspectiva dialoga com Bornstein et al. (2024), que defendem a combinação entre diversidade de capitais e capacidade de adaptação institucional como base da sustentabilidade. Contudo, a escassez de mecanismos de apoio contínuo, a instabilidade política e a ausência de redes estruturadas dificultam a materialização dessas estratégias, como expressa o Entrevistado 9 (Sociedade Civil): “Se sofre muito para captar recurso financeiro. É preciso ampliar fontes de apoio e envolver mais atores.”

A análise das categorias iniciais e emergentes evidencia que o capital financeiro, embora reconhecido como pilar da sustentabilidade e da expansão das inovações sociais, ainda opera em um ecossistema marcado por vulnerabilidades estruturais. As tensões entre discurso e prática, entre ideal normativo e viabilidade operacional, apontam para a urgência de mecanismos financeiros territorializados, políticas públicas estruturantes e instrumentos de apoio à gestão e avaliação.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou compreender como os diferentes capitais – humano, social, cultural e financeiro – interagem e contribuem para a constituição e consolidação do Ecossistema de Inovação Social (EIS) da Paraíba. Por meio de uma análise qualitativa baseada em entrevistas com atores estratégicos do território, foi possível identificar dinâmicas, tensões e potenciais do EIS investigado.

Os achados evidenciam que o capital humano é mobilizado por meio de lideranças locais, saberes técnicos e práticas educativas que fortalecem a ideação e evolução das iniciativas. No entanto, a ausência de estruturas de apoio permanentes e a concentração de conhecimento ainda limitam a ampliação dessas capacidades no território. O capital social, por sua vez, aparece como elemento central de articulação e engajamento, mas opera sob forte influência de redes informais e relações interpessoais, o que torna sua sustentabilidade vulnerável a descontinuidades institucionais e à fragilidade das políticas públicas.

No que se refere ao capital cultural, as análises revelam a importância simbólica da identidade territorial e da valorização dos saberes locais como vetores de pertencimento e legitimação. Contudo, identificam-se lacunas significativas na institucionalização desses valores nas práticas do ecossistema, o que resulta em ações fragmentadas e resistências comunitárias a propostas descontextualizadas. Já o capital financeiro, embora reconhecido como fator estruturante para a escalabilidade e continuidade das iniciativas, ainda é acessado de forma limitada e pontual, evidenciando a necessidade de mecanismos de financiamento mais adequados à realidade das iniciativas de base e às especificidades regionais.

A análise temática revelou que o EIS da Paraíba mobiliza um conjunto expressivo de ativos sociais e simbólicos — como conhecimento local, vínculos de confiança e práticas culturais — que conferem densidade às iniciativas analisadas. No entanto, também emergem lacunas estruturais importantes, especialmente no que se refere à ausência de políticas públicas integradoras, à desarticulação entre atores e à fragilidade dos mecanismos institucionais de suporte. A análise das categorias iniciais e emergentes evidencia que o fortalecimento desse ecossistema requer a articulação entre os diferentes capitais mapeados em processos de cooperação intersetorial, ancorados nas especificidades do território.

Como contribuição teórica, o estudo propõe um olhar ampliado sobre os ecossistemas de inovação social, ao considerar a articulação multinível entre capitais e atores, superando abordagens que focam unicamente na lógica da inovação técnica ou do empreendedorismo. Do ponto de vista empírico, o artigo oferece um diagnóstico qualificado do EIS paraibano, destacando caminhos para seu fortalecimento a partir de práticas territorializadas, da valorização das redes locais e da construção de instrumentos públicos e financeiros voltados à sustentabilidade sistêmica. Por fim, reconhece-se que este estudo possui limitações, especialmente quanto à abrangência amostral e ao foco em um contexto regional específico. Para pesquisas futuras, sugere-se aprofundar o mapeamento dos atores, ampliar a análise para outros territórios do Nordeste e explorar métodos mistos que integrem redes sociais e indicadores de impacto para a avaliação dos ecossistemas de inovação social.

## REFERÊNCIAS

- Andion, C., Alperstedt, G. D., & Graeff, J. F. (2020). Ecossistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis. *Revista de Administração Pública*.
- André, I., & Abreu, A. (2019). Collaboration networks for social innovation: A case study in a technological incubator of popular cooperatives. *International Journal for Innovation Education and Research*, 7(12).
- Assumpção, A. L., & Castral, P. C. (2024). A critical history of formal pedagogical strategies for the valorization of cultural heritage in Brazil. *Heritage*, 7(1), 259–271.
- Audretsch, D. B., Eichler, G. M., & Schwarz, E. J. (2022). Emerging needs of social innovators and social innovation ecosystems. *International Entrepreneurship and Management Journal*, 18.
- Becker, G. S. (1964). Human capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education. National Bureau of Economic Research.

- Bergh, A., & Henrekson, M. (2020). Measuring entrepreneurship: Do established metrics capture Schumpeterian entrepreneurship? *Entrepreneurship Theory and Practice*, 44(4), 733–760.
- Bornstein, D., Fröhlich, C., & Van Der Veen, M. (2024). Innovation in social sustainability: Designing models for long-term community impact. *Journal of Social Innovation and Sustainability*, 6(1).
- Calzada, I., & Cobo, C. (2015). *Unplugging: Deconstructing the smart city*. Springer.
- Carayannis, E. G., et al. (2021). Social business model innovation: A quadruple/quintuple helix-based social innovation ecosystem. *IEEE Transactions on Engineering Management*, 68(1), 235–248.
- Caulier-Grice, J., Davies, A., Patrick, R., & Norman, W. (2012). *Defining social innovation*. The Young Foundation.
- Chatzipavlidis, A., Mouzakitis, S., & Zarafidis, K. (2022). Mapping stakeholders in social innovation ecosystems: A participatory approach to enhance legitimacy and cultural fit. *European Journal of Innovation Management*, 25(7), 274–291.
- Correia, M., Elefante, A., & La Rocca, L. (2020). A creative living lab for the adaptive reuse of the Morticelli church: The SSMOLL project. *Sustainability*, 12(24), 10561.
- Clark, G. L., et al. (2022). Financial capital and social innovation. *Journal of Social Entrepreneurship*.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2018). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (5th ed.). Sage Publications.
- Dallamuta, J., Oliveira, L. C., & Holzmann, H. A. (Orgs.). (2019). *Administração, empreendedorismo e inovação 4*. Atena Editora.
- Domanski, D., Howaldt, J., & Kaletka, C. (2020). A comprehensive conceptual framework for social innovation ecosystems. *European Public & Social Innovation Review*, 5(2), 9–25.
- Evers, A., Ewert, B., & Brandsen, T. (2014). Social innovations for social cohesion: Transnational patterns and approaches from 20 European cities. EMES European Research Network.
- Falagas, M. E., et al. (2008). Comparison of PubMed, Scopus, Web of Science, and Google Scholar: Strengths and weaknesses. *The FASEB Journal*, 22(2), 338–342.
- Fabiani, P., et al. (2018). *Avaliação de impacto social: metodologias e reflexões*. Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS).
- Flick, U. (2018). *An introduction to qualitative research* (6th ed.). Sage Publications.
- Flyvbjerg, B. (2006). Five misunderstandings about case-study research. *Qualitative Inquiry*, 12(2).
- Fraser, M. T. D., & Gondim, S. M. G. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, 14(28), 139–152.
- Frega, R. (2016). Qu'est-ce qu'une pratique? In F. Chateaurnaud & Y. Cohen (Orgs.), *Histoires*.
- Garzi, R. P., & Mello, T. R. C. (2023). Ecosistema de inovação como política pública de desenvolvimento regional. *Revista Científica UMC*, 7(2), 1–15.
- Gil, A. C. (2017). *Como elaborar projetos de pesquisa* (6ª ed.). Atlas.
- Goddard, R. D. (2022). Relational networks, social trust, and norms: A social capital perspective on students' chances of academic success. *Journal of Communication and Media Research*, 26(6).
- Governo da Paraíba. (2024). Paraíba é destaque em inovação. Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior. <https://paraiba.pb.gov.br/...> Acesso em: 23 abr. 2025.
- Gu, Z., Meng, F., & Wang, S. (2023). Mapping the field of social capital with innovation and future research agenda: A bibliometric and visualization analysis. *Journal of Intellectual Capital*, 24(3).
- Howaldt, J., Domanski, D., & Kaletka, C. (2021). A typology of social innovation: Approaches, properties, processes, and perspectives. *Journal of Social Entrepreneurship*, 12(2), 189–212.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). Censo Demográfico 2023: Características da População e dos Domicílios: Resultados do Universo. <https://censo2023.ibge.gov.br>
- Kania, M., & Kramer, M. R. (2021). Creating social value through collective impact. *Harvard Business Review*, 99(3), 76–85.
- Klůvanková, H., Melnykovich, M., Ninjik, M., et al. (2021). Social innovation for sustainability transformation and its diverging development paths in marginalised rural areas. *Sociologia Ruralis*.
- Larrinaga, O. V. (2017). Is it desirable, necessary and possible to perform research using case studies? *Cuadernos de Gestión*, 17(1), 147–172. <https://doi.org/10.5295/cdg.140516ov>
- Lin, Y., & Sadat, S. (2022). The psychological motivations to social innovation and transmitting role of social worth. *Frontiers in Psychology*, 13.
- Machado, J., Silva, M., & Almeida, P. (2023). Desigualdade socioeconômica e desenvolvimento humano na Paraíba: Desafios e perspectivas. *Revista de Estudos Regionais*, 12(3), 45–62.
- Manzini, E. (2022). *Design, when everybody designs: An introduction to design for social innovation*. The MIT Press.
- Mazzucato, M. (2018). *The value of everything: Making and taking in the global economy*. PublicAffairs.
- Minayo, M. C. S. (2017). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (14ª ed.). Hucitec.

- Moore, D., et al. (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA statement. *PLoS Medicine*, 6(7), e1000097.
- Morais-da-Silva, R. L., Segatto, A. P., Justen, G. S., Bezerra, I. G., & De-Carli, E. (2022). The social innovation process: Exploring the specificities in a developing context. *Business Process Management Journal*.
- Moulaert, F., & MacCallum, D. (2020). *Advanced introduction to social innovation: A framework for practice*. Edward Elgar Publishing.
- Mulgan, G. (2006). *The process of social innovation*. Innovations: Technology, Governance, Globalization.
- Mulgan, G. (2021). *Social innovation: How societies find the power to change*. Policy Press.
- Nahapiet, J., & Ghoshal, S. (2022). Social capital, intellectual capital, and the organizational advantage. *Academy of Management Review*, 27(2), 242–266.
- Nicholls, A., Ziegler, R., & Schön, M. (2021). *Creating economic space for social innovation*. Oxford University Press.
- Pansuwong, W., et al. (2023). Social innovation: Relationships with social and human capitals, entrepreneurial competencies and growth of social enterprises in a developing country context. *Social Enterprise Journal*, 19.
- Pel, B., Wittmayer, J., & Dorland, J. (2020). Unpacking the social innovation ecosystem: A typology of empowering network constellations. In *Annals of the International Social Innovation Research Conference (ISIRC)*, Heidelberg, Germany.
- Pesce, L., & Abreu, C. B. (2019). Pesquisa qualitativa: Considerações sobre as bases filosóficas e os princípios norteadores. *Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade*, 22(40), 19–29.
- Phillips, W., & Lee, H. (2022). Social innovation and the role of social enterprises in the new social economy: A theoretical perspective. *Social Enterprise Journal*, 17(1), 57–78.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2015). *Relatório de desenvolvimento humano 2015: Trabalho para o desenvolvimento humano*. PNUD Brasil.
- Rahimi Rad, S. (2021). The role of social innovation in sustainable development: A systematic review and future research agenda. *Sustainability*, 13(5), 2906.
- Puerari, E., Silva, M., & Almeida, P. (2023). Ecossistemas de inovação social: estratégias integradas para ampliar o impacto social. *Revista Brasileira de Inovação Social*, 5(1), 45–62.
- Putnam, R. D. (2002). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. Simon & Schuster.
- Radoynovska, O. (2024). O “lado obscuro” do engajamento participativo: expectativas, interesses e desafios para a ação coletiva. *Revista de Sociologia Contemporânea*, 10(2), 123–140.
- Ramos, A. O. (2022). *Ecossistema de empreendedorismo social: o caso do Estado da Paraíba [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Campina Grande]*.
- Reis, E. P., & Lopez, F. G. (2024). Social trust, inequality, and state institutions in Brazil. *Sociologia & Antropologia*, 14(1), e230032. <https://www.scielo.br>
- Roschel, D. M. C., Salles, H. K., & Barcellos, R. M. R. (2024). Perspectivas de inovação social disseminadas por organizações de suporte: implicações para o ecossistema. *Revista de Ciências da Administração*, 26(66), 1–21.
- Santiago, A. M., Sobrinho, M. V., Nascimento, R. F., Bahia, P. Q., Santiago, R., & Vasconcellos, A. M. A. (2025). Perspectivas futuras na pesquisa de capital social e inovação social: uma revisão sistemática da literatura. *ARACÊ*, 7(1), 442–461.
- Suriyankietkaew, S., Krittayarungroj, K., & Iamsawan, N. (2022). Sustainable leadership practices and competencies of SMEs for sustainability and resilience: A community-based social enterprise study. *Sustainability*, 14(1), 1–20. <https://doi.org/10.3390/su14010001>
- Smith, J., & Johnson, L. (2023). Cultural capital in community-led innovation: Case studies from urban neighborhoods. *Community Development Journal*, 58(2), 209–228. <https://doi.org/10.1093/cdj/bsac030>
- Tansley, A. G. (1935). The use and abuse of vegetational concepts and terms. *Ecology*, 16(3), 284–307.
- Teixeira, C. S., Almeida, C. G., & Ferreira, M. C. Z. (2016). Habitats de inovação: alinhamento conceitual. *Perse*. <http://via.ufsc.br/download-habitats-de-inovacao/>
- TEPSIE. (2014). *Social innovation theory and research: A guide for researchers*. European Commission – 7th Framework Programme. [https://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2015/04/YOFJ2785\\_Tepsie\\_A-guide\\_for\\_researchers\\_06.01.15\\_WEB.pdf](https://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2015/04/YOFJ2785_Tepsie_A-guide_for_researchers_06.01.15_WEB.pdf)
- Vercher, N., Barlagne, C., Hewitt, R., Nijnik, M., & Esparcia, J. (2021). Whose narrative is it anyway? Narratives of social innovation in rural areas – A comparative analysis of community-led initiatives in Scotland and Spain. *Sociologia Ruralis*, 61(1), 1–21. <https://doi.org/10.1111/soru.12321>
- Wagenberg, A. (2024). Impact capital: A sustentabilidade requer a integração de capitais sociais, humanos, naturais, financeiros e manufaturados. *Latimacto*. <https://latimacto.org/blog/impact-capital/>
- Westley, F., & Antadze, N. (2021). The role of governance structures in the social innovation ecosystem. *Public Management Review*, 22(2), 217–234.
- Yin, R. K. (2018). *Case study research and applications: Design and methods (6th ed.)*. Sage Publications.
- Ziegler, R., Molnár, G., Chiappero Martinetti, E., & von Jacobi, N. (2017). Creating (economic) space for social innovation. *Journal of Human Development*.